

Inhambane capacita guardas-florestais

Um curso de formação e reciclagem de antigos e novos guardas-florestais decorreu recentemente na província de Inhambane, naquilo que é considerado como o primeiro passo para controlar a devastação das essências florestais empreendida por indivíduos que, ávidos de lucro fácil, se dedicavam à actividade madeireira à margem da lei, com evidentes prejuízos para a economia e do equilíbrio ecológico do país.

O curso, o primeiro a ser realizado nos últimos anos naquela região do país, teve lugar nas instalações do Centro de Formação da Mulher, localizado no bairro de Mueié, na periferia da capital provincial de Inhambane.

Um elemento ligado ao evento disse ao nosso Jornal que o curso teve duas fases distintas, nomeadamente a teórica e prática. Na parte teórica, os cursistas familiarizaram-se com a legislação em vigor no país, designadamente no que respeita ao licenciamento e exploração madeireira, entre outros aspectos.

"Na parte prática, os nossos

cursistas avançaram para o campo, onde, directamente, puderam ver as várias falcaturas praticadas tanto pelos madeireiros licenciados, como pelos clandestinos. E achámos importante que eles se deslocassem ao campo durante o tempo da sua formação e reciclagem para que se familiarizassem com os aspectos essenciais da sua actividade" — disse.

SITUAÇÃO PERMANECE CAÓTICA

Responsáveis ligados aos Serviços de Florestas e Fauna Bravia, na Direcção Provincial da Agricultura, disseram-nos que a situação da exploração madeireira em Inhambane permanece caótica, com madeireiros — licenciados ou não — a não observarem as regras mínimas estabelecidas para o exercício da sua profissão. Como escrevemos recentemente neste Jornal, grandes volumes de madeira foram encontrados na parte sul da província de Inhambane, completamente abandonados em plena mata, do que resultam prejuízos para a economia do país.

Como se isso não bastasse, outros volumes de madeira foram igualmente encontrados abandonados, cujas árvores ainda não reuniam as dimensões preconizadas pela lei para serem abatidas.

"Os abates indiscriminados ainda continuam, e pensamos que com este curso a situação vai minimizar-se, porque mais do que fiscalizar um camião que na estrada transporta madeira, o importante é actuar no terreno, procurando saber do cortador se este possui ou não a respectiva licença, procurando ver se a árvore abatida possui ou não as dimensões exigidas pela lei" — frisaram os mesmos responsáveis, que acrescentaram, em jeito do balanço do trabalho realizado ano passado, que "foram emitidas 40 licenças de corte de lenha, com um total de 4500 esteres" e também foram "autorizadas 10 licenças, com um total de 880 esteres de estacas de mecruce e seis licenças de exploração de madeira de mecruce, num total de 550 metros cúbicos".

"Estes volumes não correspondem realmente ao que foi explorado na mata florestal, pois, durante o ano passado, houve grande clandestinidade, quer

no derrube das essências florestais, quer na prática ilegal da caça" — referiram, acrescentando:

"Em 1992, foram apreendidos cerca de 80 metros cúbicos de madeira diversa e notificados cerca de 1500 metros cúbicos, além dos que se encontram em situação de abandono, em volumes superiores àqueles".

"Esta madeira abandonada é a que foi dizimada clandestinamente durante a guerra, por indivíduos que a transportavam em colunas militares para outras regiões do país, sobre as quais (colunas militares) não tínhamos nenhum controlo. Dos volumes encontrados em situação de ilegalidade foram interditos e nomeados os próprios infractores fiéis depositários, até à definição de algumas regras que julgamos necessárias para marcar o fim da anarquia e ausência de autoridade durante a guerra, para não criarmos embaraços e choques desnecessários, neste período de reconciliação".

Recentemente, o Governador Francisco João Pateguana instruiu a Direcção Provincial de Agricultura em Inhambane no sentido de efectuar a recolha de toda a madeira que não for reclamada pelos respectivos proprietários, para ser utilizada prioritariamente na reabilitação de estabelecimentos escolares, hospitais e outros serviços de interesse público.